

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo
em 31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Av. dos Municípios, 146, SI-03
1º andar - Tabajaras
38400-254 - Uberlândia/MG - Brasil
Caixa Postal 1024 - CEP 38400-970 - Uberlândia/MG - Brasil
Telefone +55 (34) 3303-5400, Fax +55 (34) 3303-5405
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Conselheiros e Diretores da
Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
Uberlândia - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A. (Sociedade), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de



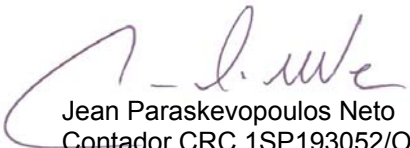
não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Uberlândia, 20 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Jean Paraskevopoulos Neto
Contador CRC 1SP193052/O-0

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15			31/12/16	31/12/15		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	220.145	305.978	264.323	357.332	Fornecedores	14	740.417	669.574	737.466	666.685
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	5	-	-	8.567	15.531	Empréstimos e financiamentos	15	1.952	64.919	4.679	67.647
Contas a receber	6	433.670	363.662	434.665	364.808	Salários, encargos e benefícios sociais	17	38.821	29.108	43.346	35.294
Estoques	7	500.238	419.705	505.340	420.568	Imposto de renda e contribuição social		-	-	1.761	1.954
Impostos a recuperar	8	46.791	50.649	47.308	51.779	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	45.026	41.687	46.824	43.905
Dividendos a receber	9	8.444	13.122	-	-	Dividendos e juros sobre o capital próprio	9.a e 20.c	11.248	6.200	17.855	10.808
Crédito com fornecedores		36.279	22.300	36.373	22.300	Outros passivos		36.670	28.055	39.125	37.754
Outros ativos		11.830	7.316	12.891	9.532						
Total do ativo circulante		1.257.397	1.182.732	1.309.467	1.241.850	Total do passivo circulante		874.134	839.543	891.056	864.047
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo:						Empréstimos e financiamentos	15	224.782	216.982	206.953	211.632
Depósitos judiciais	19.d	11.323	14.637	11.471	14.860	Provisão para riscos	19	48.923	49.568	50.740	50.311
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	5	31.765	29.023	-	-	Total do passivo não circulante		273.705	266.550	257.693	261.943
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.a	47.785	52.384	47.785	52.929						
Impostos a recuperar	8	26.004	12.674	26.004	12.674	Patrimônio líquido	20				
Outros ativos		615	971	678	971	Capital social		124.738	124.738	124.743	124.742
Total do realizável a longo prazo		117.492	109.689	85.938	81.434	Reservas de lucros		219.935	184.390	219.947	184.391
Investimentos	10	55.640	52.412	53	53	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		344.673	309.128	344.673	309.128
Imobilizado	11	43.152	54.309	78.936	93.361	Participação de não controladores		-	-	17	5
Intangível	12	18.831	16.079	19.045	18.425	Total do patrimônio líquido		344.673	309.128	344.690	309.133
Total do ativo não circulante		235.115	232.489	183.972	193.273	Total do passivo e patrimônio líquido		1.492.512	1.415.221	1.493.439	1.435.123
Total do ativo		1.492.512	1.415.221	1.493.439	1.435.123						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

Demonstrações dos resultados

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais - R\$)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços	23	3.985.865	3.854.526	4.012.610	3.893.222
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	24	<u>(3.212.116)</u>	<u>(3.089.968)</u>	<u>(3.225.805)</u>	<u>(3.113.902)</u>
Lucro bruto		773.749	764.558	786.805	779.320
Receitas (despesas) operacionais					
Comerciais e de distribuição	24	(668.982)	(715.607)	(639.897)	(673.891)
Gerais e administrativas	24	(95.155)	(86.029)	(115.291)	(106.814)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	25.235	13.185	44.455	33.158
Equivalência patrimonial	10	<u>33.030</u>	<u>50.169</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		67.877	26.276	76.072	31.773
Resultado financeiro					
Receitas financeiras		42.224	25.003	43.837	29.932
Despesas financeiras		(52.144)	(50.427)	(52.956)	(51.325)
Variações monetárias e cambiais		<u>653</u>	<u>(911)</u>	<u>707</u>	<u>(672)</u>
	26	<u>(9.267)</u>	<u>(26.335)</u>	<u>(8.412)</u>	<u>(22.065)</u>
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		58.610	(59)	67.660	9.708
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes		(5.532)	(13)	(15.060)	(9.913)
Diferidos		<u>(5.685)</u>	<u>16.629</u>	<u>(5.144)</u>	<u>16.771</u>
	18.b	<u>(11.217)</u>	<u>16.616</u>	<u>(20.204)</u>	<u>6.858</u>
Lucro líquido do exercício		47.393	16.557	47.456	16.566
Lucro líquido atribuível a:					
Acionistas controladores				47.393	16.557
Acionistas não controladores				<u>63</u>	<u>9</u>
				<u>47.456</u>	<u>16.566</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Lucro líquido do exercício	47.393	16.557	47.456	16.566
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>47.393</u>	<u>16.557</u>	<u>47.456</u>	<u>16.566</u>
Resultado atribuível a:				
Acionistas controladores			47.393	16.557
Acionistas não controladores			<u>63</u>	<u>9</u>
			<u>47.456</u>	<u>16.566</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Atribuível a proprietários controladora	Participação não controladora	Total consolidado
		Capital social	Legal	Retenção				
Saldos em 31 de dezembro de 2014		<u>124.738</u>	<u>24.947</u>	<u>163.025</u>	<u>-</u>	<u>312.710</u>	<u>3</u>	<u>312.713</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	16.557	16.557	9	16.566
Dividendos pagos e propostos	20.c	-	-	(16.000)	(4.139)	(20.139)		(20.139)
Aquisição de participação não controladora	20.d	-	-	-	-	-	(7)	(7)
Transferência para reserva de lucros		-	-	12.418	(12.418)	-		-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>124.738</u>	<u>24.947</u>	<u>159.443</u>	<u>-</u>	<u>309.128</u>	<u>5</u>	<u>309.133</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	47.393	47.393	63	47.456
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	20.c	-	-	-	(11.848)	(11.848)		(11.848)
Aquisição de participação não controladora	20.d	-	-	-	-	-	(51)	(51)
Resultado na venda de ativo imobilizado entre controladas		-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reserva de lucros		-	-	35.545	(35.545)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>124.738</u>	<u>24.947</u>	<u>194.988</u>	<u>-</u>	<u>344.673</u>	<u>17</u>	<u>344.690</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		58.610	(59)	67.660	9.708
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Perda na alienação de ativo imobilizado		3.520	204	8.542	1.230
Depreciação e amortização	11 e 12	19.013	21.779	27.069	33.099
Receita com venda de ativo imobilizado		(7.080)	(1.513)	(20.230)	(1.513)
Juros e variações monetárias líquidos		(2.663)	14.574	2.104	15.288
Resultado de equivalência patrimonial	10	(33.030)	(50.169)	-	-
Dividendos desproporcionais de controladas a não controladores	9	6.636	4.530	6.636	4.530
Ganho na participação de investimento por alteração de participação societária		378	-	670	-
Constituição de provisão (líquida de reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	7.074	9.408	8.708	9.835
Perdas líquidas em créditos de liquidação duvidosa	6.c	(1.144)	487	(1.072)	340
Perdas líquidas no valor recuperável de créditos tributários e estoques	7 e 8	(6.924)	(4.003)	(6.924)	(4.003)
Constituição de provisão (líquida de reversão) para participação no resultado		6.900	(6.013)	7.718	(6.753)
Perdas líquidas no valor recuperável do imobilizado e do intangível - <i>impairment</i>	11.b e 12	(592)	(4.228)	(592)	(3.656)
		50.698	(15.003)	100.289	58.105
Variações nos ativos e passivos:					
(Aumento) redução no contas a receber		(67.467)	46.316	(76.497)	52.255
(Aumento) redução nos estoques		(77.972)	73.869	(81.385)	73.174
(Aumento) de impostos a recuperar		(3.608)	(6.375)	(3.604)	(7.492)
(Aumento) redução de crédito com fornecedores		(13.978)	2.177	(14.072)	2.177
(Aumento) redução em outros ativos		(2.142)	12.782	1.949	13.954
Redução de depósitos judiciais		3.344	16.416	3.389	16.359
Redução de partes relacionadas		4.825	-	-	-
Aumento (redução) em fornecedores		70.603	(22.829)	78.494	(28.341)
Aumento em salários, encargos e benefícios sociais		258	4.783	447	7.197
Redução da participação nos lucros e resultados		(3)	(6.569)	(113)	(7.901)
Aumento (redução) em impostos, taxas e contribuições a recolher		2.547	(1.931)	2.552	(1.066)
Pagamentos de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	(15.516)	(9.779)	(15.646)	(9.782)
Aumento de outros passivos		1.246	3.880	(442)	8.199
Caixa gerado pelas operações		(47.165)	97.737	(4.639)	176.838
Juros pagos		(85)	(746)	(85)	(907)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.914)	(5.196)	(16.554)	(14.700)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(54.164)	91.795	(21.278)	161.231
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Investimento FIDC		5.200	3.700	5.200	3.700
Recebimento de Caixa Incorporada Smart		5.717	-	-	-
Integralização de capital em controladas	10	(3.400)	(10.998)	-	2
Recebimento de dividendos	9	29.118	40.989	-	-
Recebimento pela venda de imobilizado		6.579	1.547	16.596	1.547
Aquisição de bens dos ativos imobilizado e intangível	11 e 12	(11.231)	(14.999)	(21.906)	(24.438)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		31.983	20.239	(110)	(19.189)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Ingressos de empréstimos		3.898	14.070	3.898	14.070
Aquisições - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC		9.840	9.305	9.840	9.305
Amortização de financiamentos		(71.190)	(19.188)	(74.517)	(21.294)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	9	(6.200)	(19.774)	(10.842)	(26.428)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(63.652)	(15.587)	(71.621)	(24.347)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(85.833)	96.447	(93.009)	117.695
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		220.145	305.978	264.323	357.332
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		305.978	209.531	357.332	239.637
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(85.833)	96.447	(93.009)	117.695

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Receitas					
Vendas brutas de mercadorias e serviços prestados	23	4.624.750	4.519.302	4.654.086	4.562.313
Outras (despesas) receitas		3.561	1.308	11.839	315
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa		<u>1.144</u>	<u>(487)</u>	<u>1.072</u>	<u>(340)</u>
		4.629.455	4.520.123	4.666.997	4.562.288
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados		(3.756.402)	(3.593.735)	(3.761.099)	(3.602.460)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais		(459.358)	(513.171)	(364.911)	(389.016)
Provisão (reversão) para perda na realização de ativos		<u>10.722</u>	<u>(1.777)</u>	<u>10.723</u>	<u>(1.778)</u>
		424.417	411.440	551.710	569.034
Valor adicionado bruto					
Retenção					
Depreciação e amortização	11 e 12	(19.013)	(21.779)	(27.069)	(33.099)
		405.404	389.661	524.641	535.935
Valor adicionado líquido produzido pela sociedade					
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	10	33.030	50.169	-	-
Perda decorrente da variação do percentual de participação		(6.636)	(4.530)	(6.636)	(4.530)
Receitas financeiras	26	43.395	25.841	45.062	31.010
Aluguéis		<u>139</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		475.332	461.141	563.067	562.415
Valor adicionado total a distribuir					
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos:					
Salários e encargos		190.615	205.134	240.038	262.113
Honorários do Conselho de Administração e da Diretoria	9.b	5.755	6.340	5.790	6.370
Participação dos empregados nos lucros		6.902	6.569	7.890	8.042
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		123.549	81.586	146.308	108.354
Estaduais		17.174	60.933	25.886	69.102
Municipais		1.947	1.410	3.439	3.330
Financiadores:					
Juros e variações cambiais		52.662	52.176	53.474	53.076
Aluguéis		29.335	30.436	32.787	35.461
Juros sobre o capital próprio e dividendos		11.848	4.139	18.455	4.142
Lucros retidos		<u>35.545</u>	<u>12.418</u>	<u>29.000</u>	<u>12.425</u>
		475.332	461.141	563.067	562.415
Valor adicionado distribuído					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais - R\$)

1 Contexto operacional

A Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida José Andraus Gassani, 5.400, na cidade de Uberlândia - MG, sendo controlada pela Almart Administração e Participações S.A. (“Almart”), que, por sua vez, é controlada pela Almar Participações Ltda., sendo todas as empresas constituídas na forma de companhia de capital fechado. A Sociedade atua no atacado e varejo, comercializando e distribuindo bens de consumo duráveis e não duráveis, incluindo produtos farmacêuticos e assemelhados, bem como prestando serviços de transporte de carga e logística integrada

Reestruturação societária

Em 29 de julho de 2016, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade, foi aprovada a incorporação da controlada Smart Varejos Ltda. (“Smart”) pela Sociedade, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. A incorporação está inserida em um projeto de simplificação da estrutura societária da Sociedade, devendo resultar em redução de custos de natureza operacional, administrativa e financeira das mesmas. Como resultado desta incorporação, a Smart foi extinta de pleno direito e a Sociedade tornou-se sua sucessora. O patrimônio líquido da Smart foi avaliado em 30 de junho de 2016, com base no valor contábil, pelo montante de R\$ 1.967, conforme Laudo de Avaliação Contábil Para Fins de Incorporação, emitido por peritos especializados. O acervo líquido contábil avaliado está apresentado como segue:

Ativo	
Caixa e equivalente de caixa	5.717
Contas a receber	1.396
Imobilizado	3.676
Outros ativos	2.600
	<hr/>
Total dos ativos incorporados	13.389
Passivo	
Fornecedores	3.418
Salários, encargos e benefícios sociais	2.557
Acordos comerciais com filiados	3.121
Impostos, taxas e contribuições	467
Dividendos a pagar	1.000
Outros passivos	859
	<hr/>
Total dos passivos assumidos	11.422
	<hr/>
Acervo líquido	1.967

O saldo do investimento e de valores a receber e a pagar da Smart junto à Sociedade foram eliminados no processo de incorporação.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos técnicos e nas orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2016.

b. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação utilizada para mensurar os itens da Sociedade e de suas controladas nas demonstrações financeiras é o Real (R\$), representando o ambiente econômico no qual a Sociedade atua. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das práticas contábeis pela Sociedade, a Administração deve elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas anualmente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, ou também em exercícios posteriores, caso a revisão venha a afetar o exercício presente e exercícios futuros.

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa 6** - Contas a receber
- **Nota Explicativa 7** - Estoques
- **Nota Explicativa 8** - Impostos a recuperar
- **Nota Explicativa 19** - Provisões

3 Principais práticas contábeis

a. Bases de consolidação

(i) *Definição de controladas para fins de consolidação*

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais são controladas e conduzidas pela Sociedade e nas quais normalmente há uma participação societária de mais da metade. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao ser avaliado se a Sociedade controla ou não outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Sociedade e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

(ii) *Martins Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC*

As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade incorporam os saldos das contas da Sociedade e dos recebíveis mantidos pelo Martins Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (“FIDC” ou “Fundo”), no montante mencionado na nota explicativa nº 5.

Os saldos dos recebíveis transferidos para o Fundo foram reintegrados tendo como contrapartida a rubrica “Empréstimos e financiamentos” (nota explicativa nº 15) nos passivos circulante e não circulante, de acordo com a idade de vencimento. O saldo referente ao investimento nas cotas subordinadas do Fundo, no montante de R\$ 23.198 (R\$ 13.492 em 31 de dezembro de 2015), líquido do saldo remanescente não alocado na aquisição de direitos creditórios, foi reclassificado da rubrica “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC”, no ativo não circulante, para a rubrica “Empréstimos e financiamentos”, no passivo não circulante, reduzindo o saldo do passivo não circulante.

(iii) *Crítérios de consolidação e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas*

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com os critérios de consolidação previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, abrangendo as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas diretas, conforme demonstrado a seguir:

	Participação - %	
	31/12/16	31/12/15
Martins Integração Logística Ltda. (“MIL”)	99,98	99,95
Martins Veículos Uberlândia Ltda. (“Martins Veículos”)	61,84	99,99
Smart Varejos Ltda. (“Smart”) (*)	-	99,99
Martins URN-MG Distribuição Ltda. (“SLIM-MG”)	99,99	99,99
Martins URN-GO Distribuição Ltda. (“SLIM-GO”)	99,99	99,99
Martins SP Distribuição Ltda. (“SLIM-SP”)	99,99	99,99
Martins URN-Nordeste Distribuição e Transportes Ltda. (“SLIM-NE”)	99,99	99,98
Martins Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (“FIDC” ou “Fundo”)	100,00	100,00
MD Distribuição e Serviços Ltda. (“MD”)	99,99	-
Martins Caminhoes Ltda.	93,35	93,35

(*) A controlada Smart foi incorporada em 29 de julho de 2016 (nota explicativa 1).

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas. Nas empresas controladas pela Sociedade foram destacadas as participações dos não controladores.

b. Receita operacional

A receita compreende o valor da venda de mercadorias e serviços. A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados até as datas dos balanços, à medida que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo o imposto calculado sobre as vendas.

As bonificações recebidas e os descontos de fornecedores são reconhecidos como redução aos estoques, e o benefício é reconhecido dentro do custo das mercadorias vendidas no momento de sua venda.

c. Transação em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado a título de variação cambial.

d. Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

O IRPJ e a CSLL, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido.

O IRPJ e a CSLL da Sociedade e de suas controladas são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real e lucro presumido, como aplicável a cada empresa, e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa de IRPJ e CSLL correntes é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias existentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e prejuízos fiscais não utilizados, determinados usando as alíquotas vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas

quando os respectivos IRPJ e CSLL diferidos ativos forem realizados ou quando o IRPJ e a CSLL diferidos passivos forem liquidados.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais.

e. Estoques

Registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição, reduzido de créditos recebidos de fornecedor, e o valor líquido realizável e, quando aplicável, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado ou realização, quando este for inferior. Também são constituídas provisões para perdas de itens sem movimentação, excessivos ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração.

f. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As vidas úteis estimadas médias do ativo imobilizado são as seguintes:

- **Edificações** - 27 anos (27 anos em 2015)
- **Benfeitorias em propriedades de terceiros** - 4 anos (4 anos em 2015)
- **Máquinas e equipamentos** - 8 anos (8 anos em 2015)
- **Equipamentos de informática** - 3 anos (3 anos em 2015)
- **Veículos de apoio e transporte**- 8 anos (7 anos em 2015)

Os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, uma vez que não se enquadram na definição de ativo qualificável, conforme descrito no item 5 do pronunciamento técnico CPC 20 - Custos de Empréstimos.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas por sua vida útil estimada ou pelo prazo de vigência dos contratos de aluguel, dos dois o menor.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, quando aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

g. Intangível

Os gastos com recursos intangíveis somente são considerados itens do ativo intangível quando atendem às condições de identificação, controle e mensuração.

(i) Programas de computador (softwares)

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas e amortizadas conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 12, e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica, é provável a geração de benefícios econômicos futuros superiores ao respectivo custo. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício, quando incorridas.

(ii) Outros ativos intangíveis

Os custos com a aquisição de patentes e marcas comerciais são capitalizados e amortizados utilizando o método linear ao longo das vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota explicativa nº12.

h. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados de acordo com a finalidade para a qual foram contratados, sob as seguintes categorias:

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreendem ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. A Sociedade não possui ativos classificados nessa categoria.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante. No caso da Sociedade,

compreendem o caixa e equivalentes de caixa, as contas a receber de clientes e as transações com partes relacionadas (nota explicativa nº 9).

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros compreendem os passivos mensurados pelo método de juros efetivos, incluindo empréstimos, com alocação desses juros pelo período do contrato.

Os passivos financeiros são classificados como:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Compreendem os passivos mantidos para negociação mensurados pelo valor justo; ganhos ou perdas são reconhecidos diretamente no resultado.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado compreendem os passivos mensurados pelo método de juros efetivos, incluindo empréstimos, com alocação dos juros efetivos incorridos pelo respectivo período do contrato.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

i. Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros - “Impairment test”

Os bens do imobilizado, intangível e, quando aplicável, outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, na identificação de perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, tal perda é reconhecida imediatamente no resultado do exercício.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa - UGC). As UGCs definidas pela Administração, utilizadas para avaliar a capacidade de recuperação do valor contábil dos ativos associados, correspondem aos veículos com os quais a Sociedade efetua a distribuição de suas mercadorias. No processo de avaliação são utilizados indicadores de

desempenho operacional e financeiro estabelecidos pela Administração, e, diante da indicação de perda de valor recuperável, é realizada análise comparativa, para cada UGC, entre o valor apurado pelo fluxo de caixa descontado a valor presente e o respectivo valor contábil.

A cada encerramento de exercício social a Sociedade revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente ou ainda pela análise de valor de mercado deduzido das despesas para venda do determinado ativo, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

j. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços e possuem vencimentos inferiores a 90 dias, não excedendo o seu valor de mercado ou de realização.

k. Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Sociedade não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

A Administração opta pelo não reconhecimento do ajuste a valor presente, uma vez que, com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo e o volume de operações de venda a prazo praticado não ser representativo em relação ao total de vendas, a Sociedade considera irrelevante o efeito de tais ajustes quando comparado com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

As contas a receber são baixadas pelo recebimento integral de seus clientes e/ou quando da cessão desses títulos ao Martins Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, em que o Fundo passa a adquirir diretamente da Sociedade os direitos representados por duplicatas com origem em suas vendas mercantis a seus clientes.

l. Investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos são registrados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Sociedade e suas controladas são eliminados à medida da participação da Sociedade; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (“impairment”) do ativo transferido.

As práticas contábeis adotadas pelas controladas são uniformes às adotadas pela Sociedade.

m. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados no momento da sua contratação, como:

- Financeiros: os arrendamentos em cujos termos a Sociedade assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros e são registrados no imobilizado e submetidos a depreciações calculadas de acordo com a vida útil estimada dos respectivos bens.
- Operacionais: os contratos de locação da Sociedade, referentes a bens imóveis, são classificados como arrendamentos mercantis operacionais, cujos custos são reconhecidos no resultado do exercício como despesa operacional.

n. Provisões

Reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

o. Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

p. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

A Administração opta pelo não reconhecimento do ajuste a valor presente nos demais ativos e passivos não circulantes, uma vez que ela considera irrelevante o efeito de tais ajustes quando comparado com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

q. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos, sobre os quais são imputados os juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Sociedade que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio” por ser considerada como uma obrigação estatutária da Sociedade.

r. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor

Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração do valor adicionado apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

s. Normas e publicações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Sociedade não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26)

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de

arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Caixa e bancos	744	1.142	1.655	1.945
Aplicações financeiras (*)	219.401	304.836	262.668	355.387
Total	220.145	305.978	264.323	357.332

- (*) As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, remunerados à taxa de 106% (106% em 31 de dezembro de 2015) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, aplicadas no Banco Triângulo S.A. ("Tribanco"), parte relacionada; e à taxa de 101,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, aplicadas no Banco Safra S.A. São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a insignificante risco de mudança de valor

5 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC

O Martins Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ("Fundo"), constituído em 6 de janeiro de 2005 e mantido até o vencimento, é administrado pela Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, tendo como objeto proporcionar aos cotistas, de acordo com regras estabelecidas em regulamento, a valorização de suas cotas por meio da aplicação preponderante dos recursos do Fundo na aquisição de direitos creditórios de curto prazo originados pelas vendas mercantis da Sociedade a clientes, que são financiadas pelo Tribanco.

Em 15 de junho de 2011, a Sociedade alterou a modalidade anteriormente praticada de financiamento "vendedor" da qual era coobrigada, para a modalidade de financiamento próprio. Assim, por decisão da 16ª Assembleia Geral de Cotistas, o Fundo passa a adquirir diretamente da Sociedade os direitos creditórios representados por duplicatas com origem em suas vendas mercantis a prazo.

Em 31 de janeiro de 2014 foi realizada a 22ª. Assembleia Geral de Quotistas do Fundo na qual foram deliberadas as seguintes alterações:

- (i) Alteração do prazo de duração do Fundo que passa a ser 02 de junho de 2019;
- (ii) Nova remuneração das quotas seniores que passa para 112% do CDI;
- (iii) Redução do percentual de subordinação para 12,5% sobre o patrimônio do Fundo;
- (iv) Amortização anual das cotas por montante equivalente aos juros acumulados nos últimos 12 meses;
- (v) possibilidade de redução do patrimônio líquido do Fundo em até 50% a partir do 3o. ano de vigência (2017) sem incidência de quaisquer penalidades.

Em 02 de junho de 2016, a Sociedade amortizou os juros acumulados nos últimos doze meses sobre a rentabilidade das cotas seniores no valor de R\$ 29.260 (R\$ 24.223 em 2015). Em 08 de junho de 2016, com o objetivo de manter a proporcionalidade das cotas subordinadas após a amortização da rentabilidade das cotas seniores, houve o resgate do montante de R\$ 4.698 (R\$ 3.378 em 2015), líquido do imposto de renda retido na fonte de R\$ 502 (R\$ 322 em 2015). Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade detinha 295 (295 em 31 de dezembro de 2015) cotas subordinadas do Fundo, com valor unitário de R\$ 107.679 (R\$ 98.381 em 31 de dezembro de 2015) e o saldo total registrado na rubrica “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC”, no ativo não circulante, de R\$ 31.765 (R\$ 29.023 em 31 de dezembro de 2015).

A classificação de risco atribuída ao Fundo é AAA (bra), efetuada pela Fitch Ratings.

As características das cotas do Fundo estão demonstradas a seguir:

Tipos de cotas	Quantidade	Rendimento
Seniores	1.116	112% do CDI
Subordinadas (*)	<u>295</u>	(*)
Total	<u>1.411</u>	

(*) O rendimento das cotas subordinadas é obtido pela diferença entre a taxa de desconto dos direitos creditórios adquirida pelo Fundo, deduzida da rentabilidade das cotas seniores, e outras despesas devidas. Os efeitos decorrentes do inadimplemento de quaisquer dos direitos creditórios adquiridos pelo Fundo, assim como de quaisquer outras perdas por ele experimentadas, serão atribuídos às cotas subordinadas até o limite equivalente ao somatório do valor total destas. Uma vez excedido esse somatório, o efeito da inadimplência repercutirá nas cotas seniores. As cotas subordinadas somente poderão ser amortizadas ou resgatadas após a amortização ou o resgate das cotas seniores.

- **Rendimento do fundo:** o Fundo busca atingir rentabilidade (“benchmark”) de 112% da taxa média diária dos depósitos interbancários de um dia. O “benchmark” é aplicado às cotas da classe sênior, não havendo “benchmark” predeterminado para as cotas subordinadas, razão pela qual essas cotas poderão apresentar valores diferentes das cotas seniores.

Em 31 de dezembro de 2016, o Fundo possuía um saldo remanescente de R\$ 8.567 (R\$ 15.531 em 31 de dezembro de 2015) não alocado na aquisição de direitos creditórios. Trata-se da variação entre o saldo dos recebíveis cedidos a vencer e a valorização dessas cotas de acordo com o patrimônio líquido do Fundo naquela data.

6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Contas a receber de clientes	210.424	150.761	212.178	153.239
Contas a receber cedidas - Martins FIDC (i)	225.040	215.310	225.040	215.310
Partes relacionadas (nota explicativa 9.a)	914	985	253	137
Perdas com créditos de liquidação duvidosa (ii)	<u>(2.708)</u>	<u>(3.394)</u>	<u>(2.806)</u>	<u>(3.878)</u>
Total	<u>433.670</u>	<u>363.662</u>	<u>434.665</u>	<u>364.808</u>

- (i) A Sociedade realiza operações de cessão de seus direitos creditórios representados substancialmente por suas vendas a prazo, através do Martins FIDC, conforme descrito na nota explicativa nº 5. O saldo apresentado está líquido da provisão para perdas já registradas no Fundo em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 7.581 (R\$ 5.415 em 31 de dezembro de 2015).

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2016*

(ii) As contas a receber de clientes são controladas por faixa de vencimento, sendo constituída provisão para perdas dos títulos vencidos acima de 45 dias. Os créditos considerados irrecuperáveis são levados diretamente ao resultado do exercício.

a. Os saldos a receber por idade de vencimento, exceto Martins FIDC, dos títulos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 estão distribuídos conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
A vencer	201.921	146.926	202.478	147.133
Vencidos:				
Até 30 dias	5.716	942	5.813	1.382
Até 60 dias	644	227	1.009	792
Até 90 dias	373	174	434	573
Até 180 dias	1.456	440	1.467	459
Acima de 180 dias	1.228	3.037	1.230	3.037
Total	211.338	151.746	212.431	153.376

b. Os saldos a receber por idade de vencimento dos títulos cedidos ao Martins FIDC em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 estão distribuídos conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
A vencer	205.224	205.296	205.224	205.296
Vencidos:				
Até 30 dias	12.553	4.692	12.553	4.692
Até 60 dias	1.069	1.059	1.069	1.059
Até 90 dias	706	632	706	632
Até 180 dias	1.821	1.561	1.821	1.561
Acima de 180 dias	3.667	2.070	3.667	2.070
Total	225.040	215.310	225.040	215.310

c. A movimentação das perdas com créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Saldos no início do exercício	(3.394)	(2.907)	(3.878)	(3.538)
Saldo transferido por incorporação de controlada	(458)	-	-	-
Adições	(3.532)	(3.268)	(4.399)	(5.154)
Baixas	4.676	2.781	5.471	4.814
Saldos no fim do exercício	(2.708)	(3.394)	(2.806)	(3.878)

A exposição máxima de risco de crédito da Sociedade em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 150.142 (R\$ 109.007 em 31 de dezembro de 2015), sendo determinado pelo valor contábil de cada faixa de idade de vencimento conforme demonstrado no quadro de contas a receber de

clientes por idade de vencimento, exceto para os recebíveis de cartões de crédito, em que o risco é assumido pelas operadoras.

A exposição do Grupo a risco de crédito e moedas e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e outras contas é divulgada na nota explicativa 21.

7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Mercadorias para revenda	514.932	438.947	518.966	438.947
Veículos para revenda	-	-	340	-
Mercadorias em trânsito	1.139	1.283	1.139	1.283
Almoxarifado	532	780	1.260	1.643
Importação em andamento	461	1.892	461	1.892
Bonificação de fornecedores de mercadorias em estoque	(14.024)	(18.017)	(14.024)	(18.017)
Ajuste a valor de mercado e perdas na realização (*)	(2.802)	(5.180)	(2.802)	(5.180)
Total	500.238	419.705	505.340	420.568

(*) O valor dos ajustes refere-se a prováveis perdas com desvalorização dos estoques e giro lento:

- a. **Giro dos estoques:** Para os itens sem giro acima de 90 dias, a Sociedade estima o valor da provisão para perdas nos estoques com base no custo médio de aquisição e considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas no curso de suas operações.
- b. **Desvalorização dos estoques:** Mensurada pela Administração da Sociedade basicamente por itens vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de obsolescência. A Sociedade estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados ao custo registrado.

A movimentação dessas perdas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Saldos no início do exercício	(5.180)	(3.402)	(5.180)	(3.402)
Adições	(2.568)	(4.933)	(2.568)	(4.933)
Baixas	4.946	3.155	4.946	3.155
Saldos no fim do exercício	(2.802)	(5.180)	(2.802)	(5.180)

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Circulante:				
ICMS (a)	38.140	20.106	38.324	20.106
ICMS-ST (b)	3.135	22.264	3.135	22.264
IRPJ e CSLL antecipados	2.000	1.304	2.008	1.304
PIS e COFINS sobre aquisição de ativo imobilizado	351	304	351	304
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (c)	-	5.847	-	5.847
INSS a compensar	-	-	34	1.104
Outros	3.165	824	3.456	850
Total	46.791	50.649	47.308	51.779
Não circulante:				
ICMS (a)	40.132	31.348	40.375	31.591
Perdas líquidas no valor recuperável em créditos de ICMS (a)	(14.128)	(18.674)	(14.371)	(18.917)
Total	26.004	12.674	26.004	12.674

(a) O crédito de ICMS a recuperar foi acumulado devido aos seguintes fatores:

- (i) Diferença de alíquota do ICMS na entrada e na saída de mercadorias nos estabelecimentos da Sociedade, uma vez que os créditos sobre compras e transferências de mercadorias são recuperados à alíquota média de 11%, porém a alíquota média de saída para as filiais localizadas nas regiões sudeste, sul, centro-oeste e norte é de 9%.

Em 23 de dezembro de 2015, a Sociedade firmou Autorização Provisória com prazo de vigência indefinida, de nova forma de tributação de ICMS/ST com o Estado de Minas Gerais, o imposto passou a ser calculado à alíquota média de 12% sobre o preço médio ponderado de aquisição das mercadorias nacionais e 4% sobre o preço das mercadorias importadas ou com conteúdo de importação superior a 40%, recebidos de outros Estados. Com esta nova sistemática, a alíquota média de saída de ICMS no Estado de Minas Gerais sofreu uma redução na ordem de 2 p.p., passando de 13% no ano de 2015 para 11% em 2016.

Em 14 de dezembro de 2016, a Sociedade foi comunicada pela Secretária da Fazenda do Estado de Minas Gerais que a alíquota de ICMS nas saídas com operações próprias dentro do Estado passará de 12% para 15% a partir de janeiro de 2017. A Administração da Sociedade estima que com este aumento de alíquota, terá uma realização de ICMS na ordem de R\$ 13.000 ao ano.

A partir do segundo trimestre de 2017, a Sociedade operará com um novo Centro de Distribuição localizado na cidade de Hidrolândia no Estado de Goiás, para atender as regiões centro-oeste, norte e parte do sudeste. Com esta nova descentralização das operações, a Administração e seus consultores jurídicos estima que com as compras diretas para o Estado de Goiás, terá uma realização de ICMS no Estado de Minas Gerais de R\$ 10.000 ao ano.

- (ii) na transferência de mercadorias da filial localizada no Estado da Paraíba para o Estado do Rio Grande do Norte é exigida a antecipação do ICMS, e
- (iii) no Distrito Federal, o ICMS era recolhido de acordo com as condições destacadas na nota explicativa 16, a partir de 1º de janeiro de 2014, com as alterações ocorridas na legislação a Sociedade foi obrigada a comprovar o recolhimento integral do imposto, para depois obter o financiamento. O recolhimento desta diferença foi registrada até o mês de novembro de 2014, como impostos a recuperar. Considerando que a Sociedade não tem expectativa de recebimento nem de compensação de parte dos créditos no curto e médio prazos de suas filiais localizadas no Centro-Oeste, Nordeste e Distrito Federal, a Administração vem constituindo provisão para perda para fazer face à não realização desses créditos. O saldo dessa provisão em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 14.128 (R\$ 18.674 em 31 de dezembro de 2015) na controladora e de R\$ 14.371 (R\$ 18.917 em 31 de dezembro de 2015) no consolidado, a qual, em 31 de dezembro de 2016, corresponde a 18% (36% em 31 de dezembro de 2015) na controladora e 18% (37% em 31 de dezembro de 2015) no consolidado do montante desses créditos.

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2016*

- (iv) Com base em opinião de seus consultores jurídicos, em outubro de 2016 a Administração negociou novo Regime Especial de ICMS para o Estado do Mato Grosso do Sul, o qual permitiu que a sociedade a partir de novembro de 2016 passasse a compensar o saldo credor de ICMS na ordem de R\$ 4.993 com os débitos gerados nas vendas internas. Até aquela data a Sociedade tinha que antecipar o ICMS na entrada do Estado com uma margem de lucro superior a praticada. A Administração da Sociedade com base em análises e projeções, estima que nesta nova sistemática até setembro de 2017 o saldo credor seja todo realizado e reverteu a perda com recuperação de crédito ao resultado.
- (b) Em 01 de abril de 2015 começou a vigorar novo Protocolo de ICMS/ST, entre os Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, o qual estabeleceu o destaque de ICMS/ST nas aquisições de bebidas quentes entre estes Estados. Consequentemente, e em razão do Regime Especial de ICMS/ST do Estado de Minas Gerais, a Sociedade passou a ter o direito de se creditar do ICMS/ST e compensar com o ICMS/ST a pagar para o Estado de Minas Gerais ou negociar o imposto com os próprios fornecedores localizados no Estado do Rio de Janeiro. No entanto, em razão da concentração das aquisições destas mercadorias nos meses de novembro e dezembro, não foi possível a compensação ou transferência destes créditos. Durante o ano de 2016, a Administração da Sociedade compensou junto ao Estado de Minas Gerais o montante de R\$ 19.000. A Administração estima que até abril de 2017, o saldo de crédito remanescente será totalmente realizado.
- (c) Refere-se a imposto de renda retido sobre resgate de aplicações financeiras, depósitos judiciais e amortização de quotas do FDIC (vide nota explicativa nº 4, 5 e 19d)

Movimentação das perdas líquidas com créditos de ICMS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Saldos no início do exercício	(18.674)	(24.455)	(18.917)	(24.698)
Perdas líquidas para não realização de créditos revertidas no exercício	<u>4.546</u>	<u>5.781</u>	<u>4.546</u>	<u>5.781</u>
Saldos no fim do exercício	<u>(14.128)</u>	<u>(18.674)</u>	<u>(14.371)</u>	<u>(18.917)</u>

9 Partes relacionadas

a. Transações e saldos

As transações e os saldos realizados entre a Sociedade e suas partes relacionadas referem-se a empréstimos, operações mercantis, dividendos, serviços e aplicações financeiras. Os principais valores em 31 de dezembro são resumidos a seguir:

	Controladora												
	31/12/16												
	Almart	Martins Participações	Tribanco	SMART	Farma Service	MD Distribuição	MIL	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	Outros	Total
Saldos:													
Contas-correntes	-	-	69	-	-	-	-	-	-	-	-	-	69
Aplicações financeiras	-	-	162.050	-	-	-	-	-	-	-	-	-	162.050
Contas a receber	-	-	181	-	-	72	184	97	139	76	91	74	914
Aluguéis a pagar	-	(1.492)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.492)
Contas a pagar	-	-	-	-	(3.517)	-	(667)	(2.618)	(1.716)	(719)	(1.298)	-	(10.535)
Dividendos a receber	-	-	-	-	-	-	1.294	2.000	1.050	2.250	1.850	-	8.444
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(10.574)	(674)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.248)
Transações:													
Venda de mercadorias	-	-	-	-	-	2.326	-	-	-	-	-	-	2.326
Despesas com fretes e serviços logísticos	-	-	-	-	-	-	(15.742)	(41.241)	(31.585)	(23.928)	(23.404)	-	(135.900)
Receitas financeiras	-	-	22.257	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.257
Despesas com aluguel de imóveis	(175)	(16.615)	(48)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.838)
Dividendos e juros sobre o capital próprio:													
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(5.952)	(248)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.200)
Dividendos desproporcionais a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.636)	(6.636)
Dividendos recebidos	-	-	-	1.800	-	-	6.520	9.500	3.750	4.449	3.099	-	29.118

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2016*

Controladora											
31/12/15											
	Almart	Martins Participações	Tribanco	SMART	MIL	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	Outros	Total
Saldos:											
Contas-correntes	-	-	116	-	-	-	-	-	-	-	116
Aplicações financeiras	-	-	304.836	-	-	-	-	-	-	-	304.836
Contas a receber	8	19	85	191	18	66	178	278	109	33	985
Aluguéis a pagar	(24)	(1.415)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.439)
Contas a pagar	-	-	-	-	(606)	(1.053)	(1.202)	(870)	(496)	-	(4.227)
Dividendos a receber	-	-	-	1.150	3.772	4.800	250	2.000	1.150	-	13.122
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(5.952)	(248)	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.200)
Transações:											
Despesas com fretes e serviços logísticos	-	-	-	-	(19.991)	(53.045)	(39.638)	(40.340)	(13.088)	-	(166.102)
Receitas financeiras	-	-	20.113	-	-	-	-	-	-	-	20.113
Despesas com aluguel de imóveis	(263)	(15.547)	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.810)
Dividendos e juros sobre o capital próprio:											
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(17.826)	(1.948)	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.774)
Dividendos desproporcionais a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.530)	(4.530)
Dividendos recebidos	-	-	-	5.250	6.439	14.000	9.300	5.000	1.000	-	40.989

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2016*

Consolidado					
31/12/16					
	Martins				
	Almart	Participações	Tribanco	Outros	Total
Saldos:					
Contas-correntes	-	-	234	-	234
Aplicações financeiras	-	-	205.316	-	205.316
Contas a receber	-	-	181	72	253
Contas a pagar	-	-	-	(3.517)	(3.517)
Aluguéis a pagar	-	(1.492)	-	-	(1.492)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(10.574)	(674)	-	(6.607)	(17.855)
Transações:					
Receitas financeiras	-	-	27.338	-	27.338
Despesas com aluguel de imóveis	(175)	(16.615)	(48)	-	(16.838)
Dividendos e juros sobre o capital próprio:					
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(5.952)	(248)	-	(4.642)	(10.842)
Dividendos desproporcionais a não controladores	-	-	-	(6.636)	(6.636)
Consolidado					
31/12/15					
	Martins				
	Almart	Participações	Tribanco	Outros	Total
Saldos:					
Contas-correntes	-	-	159	-	159
Aplicações financeiras	-	-	355.387	-	355.387
Contas a receber	8	19	85	25	137
Aluguéis a pagar	(24)	(1.415)	-	-	(1.439)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(5.952)	(248)	-	(4.608)	(10.808)
Transações:					
Receitas financeiras	-	-	24.904	-	24.904
Despesas com aluguel de imóveis	(263)	(15.701)	-	-	(15.964)
Dividendos e juros sobre o capital próprio:					
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(17.826)	(1.948)	-	(6.654)	(26.428)
Dividendos desproporcionais a não controladores	-	-	-	(4.530)	(4.530)

b. Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

A remuneração dos diretores e membros da Administração é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Honorários do Conselho de Administração	3.457	3.747	3.457	3.747
Honorários da Diretoria	2.298	2.593	2.333	2.623
Total	5.755	6.340	5.790	6.370

A Sociedade não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Até 31 de dezembro de 2016 não foi registrado nenhum benefício de longo prazo (benefício pós-emprego e rescisão de contrato de trabalho).

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Sociedade, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Também é atribuída, aos administradores, participação de até 10% dos lucros do exercício, condicionada ao cumprimento de metas estabelecidas pela Administração da Sociedade.

10 Investimentos

a. Informações e movimentação dos investimentos

	31/12/16									31/12/15								
	MIL	Martins Veículos	Smart	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NI Caminhão	Martins Distribuição	MD	Total	MIL	Martins Veículos	Smart	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	Total
Controladas																		
Participação total no capital social	99,95%	61,84%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,98%	93,35%	99,99%		99,95%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	
Patrimônio líquido	3.613	1.708	-	13.697	14.143	10.787	9.300	150	3.212		3.530	570	1.927	13.597	14.082	10.599	8.060	
Resultado do exercício	10.764	311	1.691	6.800	4.611	4.888	3.827	872	(188)		14.446	(7)	3.956	13.878	8.555	7.199	2.152	
Movimentação																		
Saldo inicial	3.528	571	1.927	13.596	14.081	10.598	8.050	-	-	52.359	3.626	578	1.920	11.010	13.162	6.759	-	37.055
Aporte de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	3.400	3.400	-	-	-	2.699	1.000	3.999	3.300	10.998
Aumento(Redução) de capital social com bens	-	-	-	-	-	-	1.210	-	-	1.218	(163)	-	-	(191)	(85)	(359)	4.757	3.959
Baixa de Investimento por Incorporação (*)	-	-	(1.967)	-	-	-	-	-	-	(1.967)								
Resultado de equivalência patrimonial	10.761	193	1.690	6.722	4.636	4.579	3.827	810	(188)	33.030	14.439	(7)	3.956	13.877	8.554	7.198	2.152	50.169
Ganho (Perda) na participação de investimento por alteração de participação societária	-	292	-	-	-	-	-	(670)	-	(378)								
Dividendos desproporcionais pagos a não controladores	(6.636)	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.636)	(4.530)	-	-	-	-	-	-	(4.530)
Distribuição de lucros	(4.040)	-	(1.650)	(6.699)	(4.550)	(4.700)	(3.800)	-	-	(25.439)	(9.844)	(3.949)	(13.799)	(8.550)	(6.999)	(2.151)	(45.292)	
	<u>3.613</u>	<u>1.056</u>	<u>-</u>	<u>13.619</u>	<u>14.167</u>	<u>10.477</u>	<u>9.297</u>	<u>140</u>	<u>3.212</u>	<u>55.587</u>	<u>3.528</u>	<u>571</u>	<u>1.927</u>	<u>13.596</u>	<u>14.081</u>	<u>10.598</u>	<u>8.058</u>	<u>52.359</u>
Outros										53								53
Total										<u>55.640</u>								<u>52.412</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 1

b. Outras informações relevantes sobre os investimentos

(i) *Martins Veículos*

A Martins Veículos Uberlândia Ltda foi constituída em 10 de junho de 2003, com sede em Uberlândia - MG, tendo como objeto social a compra, a venda e o aluguel de veículos e assemelhados, máquinas e equipamentos, novos e usados.

(ii) *MIL*

A Martins Integração Logística Ltda foi constituída em 9 de fevereiro de 2007, com sede em Uberlândia - MG, tendo como objeto social a carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias, a armazenagem e a paletização de cargas.

(iii) *Smart*

A Smart Varejos Ltda foi constituída em 25 de abril de 2000, com sede em Uberlândia - MG, tendo como objeto social a prestação de serviços de assessoramento e consultoria na área de gestão operacional, concessão e licenciamento de uso de marca, disponibilização de tecnologia de gestão para comércio varejista, promoção de parcerias com fornecedores de produtos, equipamentos e serviços para atender à rede de filiados, promoção de programas de marketing em benefício da rede de filiados, participação em outras sociedades e comércio, no atacado e no varejo, na importação e exportação.

Em 29 de julho de 2016, em Assembléia Geral Extraordinária foi aprovado a incorporação integral da Controlada Smart, pelo seu valor patrimonial contábil.

(iv) *SLIM-MG*

A Metalgrampo Comércio e Serviços Ltda foi constituída em 2 de janeiro de 1976, com sede em Uberlândia - MG, tendo como objeto social o comércio atacadista e distribuidor de mercadorias em geral. Em reunião dos sócios-cotistas realizada em 14 de fevereiro de 2014, foram deliberadas as alterações da razão social, objeto social e endereço da sede da sociedade. Com as deliberações a sociedade passou a denominar Martins URN - MG Distribuidora Ltda. e sob o nome fantasia de SLIM - MG.

(v) *SLIM - GO*

A Martins URN-GO Distribuição Ltda foi constituída em 20 de dezembro de 2013, com sede em Aparecida de Goiânia - GO, tendo como objeto social o transporte rodoviário de cargas em geral, carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias e paletização de cargas.

(vi) *SLIM - SP*

A Martins SP Distribuição Ltda foi constituída em 10 de fevereiro de 2014, com sede em Ribeirão Preto - SP, tendo como objeto social o transporte rodoviário de cargas em geral, carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias e paletização de cargas.

(vii) *SLIM - Nordeste*

A Martins URN-Nordeste Distribuição e Transportes Ltda foi constituída em 06 de março de 2014, com sede em Jaboatão dos Guararapes - PE, tendo como objeto social o transporte rodoviário de cargas em geral, carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias e paletização de cargas.

(viii) MD Distribuição

A MD Distribuição e Serviços Ltda foi constituída em 19 de abril de 2016, com sede em Uberlândia-MG, tendo como objeto social a comercialização e distribuição de bens de consumo duráveis e não duráveis.

c. Principais informações das controladas

31/12/16									
	MIL	Martins Veículos	Smart	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	Martins Caminhões	MD - Distribuição
Ativo total	15.671	1.742	-	23.329	19.281	15.769	15.218	150	6.940
Passivos circulante e não circulante	12.058	34	-	9.632	5.138	4.982	5.913	.	3.731
Patrimônio líquido	3.613	1.708	-	13.697	14.143	10.787	9.305	150	3.210
Lucro (prejuízo) do exercício	10.764	311	1.691	6.800	4.611	4.888	3.827	870	(188)

31/12/15							
	MIL	Martins Veículos	Smart	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE
Ativo total	15.432	587	13.005	27.011	18.490	18.208	12.253
Passivos circulante e não circulante	11.902	17	11.078	13.414	4.408	7.609	4.193
Patrimônio líquido	3.530	570	1.927	13.597	14.082	10.599	8.060
Lucro (prejuízo) do exercício	14.446	(7)	3.956	13.878	8.555	7.199	2.152

11 Imobilizado

Controladora							
	31/12/16				31/12/15		
	Taxa (i) - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	136	-	136	136	-	136
Edificações	3,67	9.696	(6.332)	3.364	9.649	(5.988)	3.661
Benfeitorias em propriedade de terceiros	25,02	8.290	(7.151)	1.139	8.388	(6.608)	1.780
Máquinas e equipamentos	12,57	62.213	(41.761)	20.452	62.558	(38.902)	23.656
Equipamentos de informática	35,60	35.575	(30.181)	5.394	36.359	(30.124)	6.235
Veículos de transporte e apoio	12,45	48.805	(38.636)	10.169	56.672	(41.360)	15.312
Móveis e utensílios	23,76	5.981	(4.884)	1.097	5.917	(4.433)	1.484
Outros	22,04	18.191	(16.795)	1.396	18.051	(16.006)	2.045
Imobilizado em andamento (ii)	-	5	-	5	-	-	-
Total		188.892	(145.740)	43.152	197.730	(143.421)	54.309

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2016

Consolidado							
	31/12/16			31/12/15			
	Taxa (i) - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	136	-	136	136	-	136
Edificações	3,67	9.696	(6.332)	3.364	9.649	(5.988)	3.661
Benfeitorias em propriedade de terceiros	25,02	8.316	(7.160)	1.156	8.405	(6.613)	1.792
Máquinas e equipamentos	12,57	62.954	(42.189)	20.765	63.370	(39.230)	24.140
Equipamentos de informática	35,60	35.609	(30.203)	5.406	36.951	(30.420)	6.531
Veículos de transporte e apoio	12,45	98.999	(54.847)	44.152	105.928	(54.064)	51.864
Móveis e utensílios	23,76	6.045	(4.911)	1.134	6.116	(4.522)	1.594
Outros	22,04	18.196	(16.795)	1.401	18.085	(16.040)	2.045
Imobilizado em andamento (ii)	-	1.422	-	1.422	1.598	-	1.598
Total		241.373	(162.437)	78.936	250.238	(156.877)	93.361

(i) Taxa média ponderada anual de depreciação.

(ii) Referem-se a gastos com construção de edificações, benfeitorias em propriedade de terceiros e contrato de arrendamento mercantil ainda não finalizados.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é como segue:

Controladora							
	Saldo líquido em 31/12/15	Impairment Reversão	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência de Saldo por incorporação de Controlada	Saldo líquido em 31/12/16
Terrenos	136	-	-	-	-	-	136
Edificações	3.661	-	47	-	(344)	-	3.364
Benfeitorias em propriedade de terceiros	1.780	385	31	(356)	(701)	-	1.139
Máquinas e equipamentos	23.656	148	2.257	(368)	(5.296)	43	20.452
Equipamentos de informática	6.235	26	2.606	(19)	(3.726)	272	5.394
Veículos de transporte e apoio(i)	15.312	-	1.500	(4.038)	(2.623)	-	10.169
Móveis e utensílios	1.484	33	4	-	(470)	58	1.097
Outros	2.045	-	223	(24)	(848)	-	1.396
Imobilizado em andamento	-	-	43	(20)	-	0	5
Total	54.309	592	6.711	(4.825)	(14.008)	373	43.152

No montante das baixas está incluído o valor de R\$ 1.218, que refere-se aos aumentos de capital social por meio de conferência em veículos que a Sociedade aportou na Controlada SLIM NE.

Controladora							
	Saldo líquido em 31/12/14	Impairment (Constituição) Reversão	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo líquido em 31/12/15
Terrenos	136	-	-	-	-	-	136
Edificações	3.995	-	10	-	(344)	-	3.661
Benfeitorias em propriedade de terceiros	3.211	(327)	152	-	(1.256)	-	1.780
Máquinas e equipamentos	23.898	172	3.276	(286)	(5.185)	1.781	23.656
Equipamentos de informática	5.094	(22)	5.177	(25)	(3.985)	(4)	6.235
Veículos de transporte e apoio (i)	23.404	-	1.547	(5.414)	(4.242)	17	15.312
Móveis e utensílios	1.755	35	153	(21)	(447)	9	1.484
Outros	2.958	-	237	-	(1.150)	-	2.045
Imobilizado em andamento	1.854	-	9	(60)	-	(1.803)	-
Total	66.305	(142)	10.561	(5.806)	(16.609)	-	54.309

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2016*

- (i) As baixas se referem ao custo de alienação de parte da frota de veículos de distribuição, a qual é renovada em média a cada 3 anos.

Consolidado							
	Saldo líquido em 31/12/15	Impairment Reversão	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo líquido em 31/12/16
Terrenos	136	-	-	-	-	-	136
Edificações	3.661	-	47	-	(344)	-	3.364
Benfeitorias em propriedade de terceiros	1.792	385	41	(356)	(706)	-	1.156
Máquinas e equipamentos	24.140	148	2.285	(369)	(5.451)	12	20.765
Equipamentos de informática	6.531	26	2.657	(21)	(3.787)	-	5.406
Veículos de transporte e apoio	51.864	-	10.676	(8.225)	(10.384)	221	44.152
Móveis e utensílios	1.594	33	8	(1)	(488)	(12)	1.134
Outros	2.045	-	228	(24)	(848)	-	1.401
Imobilizado em andamento	1.598	-	218	(173)	-	(221)	1.422
Total	93.361	592	16.160	(9.169)	(22.008)	-	78.936

Consolidado							
	Saldo líquido em 31/12/14	Impairment (Constituição) Reversão	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo líquido em 31/12/15
Terrenos	136	-	-	-	-	-	136
Edificações	3.995	-	10	-	(344)	-	3.661
Benfeitorias em propriedade de terceiros	3.221	(327)	158	-	(1.260)	-	1.792
Máquinas e equipamentos	24.471	172	3.380	(231)	(5.429)	1.777	24.140
Equipamentos de informática	5.381	(22)	5.302	(29)	(4.101)	-	6.531
Veículos de transporte e apoio	48.602	-	483	(177)	(15.053)	18.009	51.864
Móveis e utensílios	1.886	35	153	(19)	(470)	9	1.594
Outros	3.212	-	237	-	(1.150)	(254)	2.045
Imobilizado em andamento	12.146	(572)	13.790	(4.225)	-	(19.541)	1.598
Total	103.050	(714)	23.513	(4.681)	(27.807)	-	93.361

a. Revisão e ajuste da vida útil estimada

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

b. Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “Impairment test”

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização.

Todos os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação foram revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2016 para os testes de redução ao valor recuperável dos Ativos, os itens do ativo imobilizado e intangível apresentaram os seguintes resultados demonstrado a seguir:

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2016

	31/12/14	Provisão (Reversão)	31/12/15	(Reversão)	31/12/16
Filial:					
Jaboatão dos Guararapes - PE	496	(356)	140	(140)	-
e-Fácil - MG	7.978	(4.370)	3.608	-	3.608
Guarulhos - SP	-	38	38	(9)	29
Itatiaia - RJ	-	456	456	(439)	17
Cachoeirinha - RS	-	4	4	(4)	-
Ativos da Controlada SLIM-GO	-	572	572	-	572
Total	8.474	(3.656)	4.818	(592)	4.226

c. Bens dados em garantia e penhora

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade e suas controladas possuíam bens do imobilizado dados como penhora e aval em operações de empréstimos e financiamentos bancários, bem como arrolados em defesa de processos judiciais, conforme os montantes líquidos de depreciação, demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado
Imóveis	-	1
Veículos	14	199
Total	14	200

d. Outras informações

As atividades de investimento e de financiamento que não afetaram os fluxos de caixa da Sociedade são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Aquisição de bens através de arrendamentos financeiros	-	-	-	6.950
Aquisição de bens através de redução de capital em Controladas	-	1.401	-	-

12 Intangível

	Controladora						
	31/12/16			31/12/15			
	Taxa (i) - %	Amortização		Amortização			
		Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido
Sistema de processamento de dados	20,16	62.255	(49.600)	12.655	54.858	(43.698)	11.160
Marcas e patentes	9,15	741	(457)	284	639	(404)	235
Intangível em andamento (ii)	-	5.882	-	5.882	4.674	-	4.674
Outros	-	10	-	10	10	-	10
Total		68.888	(50.057)	18.831	60.181	(44.102)	16.079

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2016*

	Consolidado						
	31/12/16				31/12/15		
	Taxa (i) - %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Sistema de processamento de dados	20,16	62.480	(49.611)	12.869	56.056	(44.605)	11.451
Marcas e patentes	9,15	741	(457)	284	706	(412)	294
Intangível em andamento (ii)	-	5.882	-	5.882	6.670	-	6.670
Outros	-	10	-	10	10	-	10
Total		69.113	(50.068)	19.045	63.442	(45.017)	18.425

- (i) Taxa média ponderada anual de amortização.
(ii) Refere-se a gastos com desenvolvimento de novos aplicativos.

A movimentação dos saldos de ativos intangíveis é como segue:

Controladora							
	Saldo líquido em 31/12/15	Adições	Baixas	Amortização	Transferência de saldo de controlada por Incorporação	Transferências	Saldo líquido em 31/12/16
Sistema de processamento de dados	11.160	2.222	(63)	(4.963)	301	3.998	12.655
Marcas e patentes	235	35	(1)	(42)	57	-	284
Intangível em andamento	4.674	2.263	(2)	-	2.945	(3.998)	5.882
Outros	10	-	-	-	-	-	10
Total	16.079	4.520	(66)	(5.005)	3.303	-	18.831

Controladora							
	Saldo líquido em 31/12/14	Impairment Reversão	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo líquido em 31/12/15
Sistema de processamento de dados	9.780	4.370	1.035	-	(5.136)	1.111	11.160
Marcas e patentes	149	-	44	(2)	(34)	78	235
Intangível em andamento	1.103	-	4.760	-	-	(1.189)	4.674
Outros	10	-	-	-	-	-	10
Total	11.042	4.370	5.839	(2)	(5.170)	-	16.079

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2016*

Consolidado						
	Saldo líquido em 31/12/15	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo líquido em 31/12/16
Sistema de processamento de dados	11.451	2.472	(62)	(5.016)	4.024	12.869
Marcas e patentes	294	36	(1)	(45)	-	284
Intangível em andamento	6.670	3.238	(2)	-	(4.024)	5.882
Outros	10	-	-	-	-	10
Total	18.425	5.746	(65)	(5.061)	-	19.045

Consolidado							
	Saldo líquido em 31/12/14	Impairment Reversão	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo líquido em 31/12/15
Sistema de processamento de dados	10.136	4.370	1.088	-	(5.254)	1.111	11.451
Marcas e patentes	199	-	59	(4)	(38)	78	294
Intangível em andamento	1.133	-	6.728	(2)	-	(1.189)	6.670
Outros	10	-	-	-	-	-	10
Total	11.478	4.370	7.875	(6)	(5.292)	-	18.425

A Sociedade esclarece que todos os seus ativos intangíveis são adquiridos de terceiros e que não possui nenhum ativo intangível gerado internamente.

Com relação ao teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment test”, ver nota explicativa nº 3.

13 Locações

Os contratos de locação de imóveis têm prazos de 12 meses, renovados anualmente, e as prestações têm periodicidade mensal.

Os pagamentos mínimos futuros de locações de imóveis são apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Até um ano	1.583	1.454	1.583	1.478

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Fornecedores de mercadorias	710.594	655.336	714.576	655.336
Fornecedores de serviços e consumo	17.796	8.572	17.881	9.910
Fornecedores de serviços partes relacionadas (nota explicativa 9.a)	12.027	5.666	5.009	1.439
Total	740.417	669.574	737.466	666.685

15 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo de amortização. Para mais informações sobre a exposição do Grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez desses empréstimos e financiamentos, veja nota explicativa 21.

	Taxa anual de juros - %	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Linhas de crédito (a)						
Banco do Brasil S.A.	109,7 do CDI	22/05/16	-	60.847	-	60.847
Arrendamento mercantil (b):						
Banco Itaú Leasing S.A. - Finame Leasing	2,5 a.a.	01/09/17	1.952	4.498	1.952	4.498
Banco IBM S.A.	CDI + 0,77	01/01/16	-	904	-	904
HSBC Bank Brasil S.A.	CDI + 1,75	02/09/16	-	241	-	241
HSBC Bank Brasil S.A.	CDI + 1,75	11/10/16	-	470	-	470
Banco J. Safra S.A.	6 a.a.	18/11/19	-	-	8.047	10.676
Banco J. Safra S.A.	6 a.a.	16/12/19	-	-	48	194
Rabobank - FIDC (c)	112 do CDI	02/06/19	224.782	214.941	201.585	201.449
Total			226.734	281.901	211.632	279.279
Passivo circulante			1.952	64.919	4.679	67.647
Passivo não circulante			224.782	216.982	206.953	211.632
Total			226.734	281.901	211.632	279.279

- (a) Linha de crédito do Banco do Brasil S.A. - o empréstimo contratado com o Banco do Brasil S.A. foi firmado em 23 de junho de 2010, no montante original de R\$ 45.000, liberado integralmente. Os juros e encargos anuais incidentes sobre os referidos créditos correspondem a 99% da variação do CDI, com vencimento em 7 de junho de 2013, em parcela única de principal e juros, tendo como garantia o aval da controladora Almart. Em 7 de junho de 2013 foram pagos os juros pertinentes ao período mencionado, tendo sido repactuada a linha de crédito no montante original contratado, com vencimento em 22 de maio de 2016, e incidência de juros e encargos anuais à taxa de 109,7% da variação do CDI, com pagamento em parcela única de principal e juros ao final da operação. O aval da controladora Almart foi retirado, sendo esta repactuação isenta de garantia. Em 05 de abril de 2016 o empréstimo foi liquidado.
- (b) Contratos de arrendamento mercantil, com prazos de pagamento entre 36 e 60 meses, firmados para aquisição de veículos, equipamentos de informática e outros ativos imobilizados, devendo os bens ser adquiridos ao final dos contratos pelos seus valores residuais. Esses contratos têm como garantia a alienação fiduciária dos respectivos bens a que estão atrelados.
- (c) O Martins FIDC é um fundo de recebíveis constituído para fins de aquisição dos direitos creditórios de clientes da Sociedade. O Fundo adquire diretamente da Sociedade os direitos creditórios representados por duplicatas com origem em suas vendas mercantis a prazo. O saldo em aberto desses recebíveis em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 225.040 (R\$ 215.310 em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Sociedade e por suas controladas não contêm cláusulas restritivas que estabelecem obrigações quanto à manutenção de índices financeiros em suas demonstrações financeiras.

16 Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
ICMS	37.817	34.221	38.608	34.852
IRRF	2.664	2.185	2.750	2.434
COFINS	3.182	4.018	3.630	4.753
PIS	649	838	747	998
Imposto Sobre Serviços - ISS	200	147	281	271
Outros impostos, taxas e contribuições	514	278	808	597
Total	45.026	41.687	46.824	43.905

A Sociedade gozava de incentivos fiscais do ICMS do Distrito Federal, os quais foram concedidos pela Secretaria do Estado da Fazenda do Distrito Federal e consistiam na redução de 70% do referido imposto, não podendo ultrapassar 25% do faturamento mensal da Sociedade.

Estes incentivos fiscais de ICMS foram revogados pelo Distrito Federal e vigoraram até dezembro de 2013. Existe um saldo de ICMS a financiar registrado nas Demonstrações Financeiras de 2015 no montante de R\$ 12.153 relativo aos anos de 2012 e 2013, que ainda goza do direito dos incentivos fiscais do ICMS do Distrito Federal. A Administração da Sociedade e seus consultores legais entendem que ainda é possível a Secretaria do Estado da Fazenda autorizar o financiamento junto ao Banco de Brasília - BRB, em razão deste passivo ter sido constituído na vigência do Regime Especial anterior.

17 Salários, encargos e benefícios sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Férias	22.989	20.959	26.213	26.010
Salários a pagar	-	1	9	3
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	1.437	1.338	1.687	1.706
Contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher	6.384	5.968	6.790	6.708
Participação nos lucros	7.959	791	8.573	791
Contribuição sindical	52	51	74	76
Total	38.821	29.108	43.346	35.294

18 Imposto de renda e contribuição social

a. IRPJ e CSLL diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Ativo não circulante:				
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (i)	13.325	17.339	13.325	17.339
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16.096	16.314	16.096	16.368
Perdas com créditos de ICMS	4.803	6.350	4.803	6.350
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	921	1.154	921	1.176
Provisão para perdas com créditos diversos	609	1.443	609	1.443
Perdas e desvalorização dos estoques	952	1.761	952	1.761
Participação nos lucros	2.706	269	2.706	269
Provisão para despesas operacionais diversas	6.858	6.965	6.858	7.434
Diferenças taxas de depreciação - Lei 12.973/14 (ii)	1.733	1.286	1.733	1.286
Depreciação acelerada - Lei nº 12.788/12	(218)	(497)	(218)	(497)
Total	47.785	52.384	47.785	52.929

- (i) Em 31 de dezembro de 2016 a Sociedade possuía um saldo de Prejuízo Fiscal no montante de R\$ 40.109 e R\$ 36.645 da Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social (R\$ 52.604 e R\$ 46.534 em 2015 respectivamente).
- (ii) Os valores apresentados referem-se às diferenças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e alterações introduzidas pela Lei 12.973/14 apuradas pelas estimativas de vida útil dos ativos imobilizado e intangível.

A movimentação do IRPJ e da CSLL diferidos ativos e passivos é como segue:

	Debitado (creditado) à demonstração do resultado		Debitado (creditado) à demonstração do resultado		31/12/16
	31/12/14	31/12/15	31/12/15	31/12/16	
Diferenças temporárias:					
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	1.679	15.660	17.339	(4.014)	13.325
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	13.535	2.833	16.368	(272)	16.096
Perdas com créditos de ICMS	8.315	(1.965)	6.350	(1.547)	4.803
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.023	153	1.176	(255)	921
Provisão para perdas com créditos diversos	1.597	(154)	1.443	(834)	609
Perdas e desvalorização dos estoques	1.157	604	1.761	(809)	952
Participação nos lucros	2.620	(2.351)	269	2.437	2.706
Provisão para despesas operacionais diversas	7.023	411	7.434	(576)	6.858
Diferenças taxas de depreciação - Lei 12.973/14	8	1.278	1.286	447	1.733
Depreciação acelerada - Lei nº 12.788/12	(799)	302	(497)	279	(218)
Total	36.158	16.771	52.929	(5.144)	47.785

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2016*

Em conformidade com os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro foram constituídos IRPJ e CSLL diferidos, provenientes basicamente de diferenças temporárias. Os débitos e créditos tributários foram constituídos tendo em vista que a Sociedade apresentou resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos exercícios, conforme demonstrado a seguir:

Ano	Controladora	Consolidado
2017	10.319	10.319
2018	11.699	11.699
2019	7.607	7.607
2020	8.205	8.205
2021	9.955	9.955
Total	<u>47.785</u>	<u>47.785</u>

Como a base tributável do IRPJ e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Sociedade e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa de utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Sociedade.

O ativo registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções para os próximos cinco anos de lucros tributáveis, descontados ao seu valor presente. Considera-se também que a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL é limitada a 30% do lucro anual antes do IRPJ, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira.

b. Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	58.610	(59)	67.660	9.708
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(19.927)	20	(23.004)	(3.301)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Efeitos dos lucros das empresas com base no lucro presumido (*)	-	-	13.121	18.378
Imposto de renda pago com base nas empresas de lucro presumido	-	-	(7.756)	(7.832)
Equivalência patrimonial	11.230	17.057	-	-
Efeito da dedução dos juros sobre o capital próprio	1.360	-	1.360	-
Receitas (despesas) indedutíveis	(230)	(477)	(231)	(520)
Diferenças taxas de depreciação - Lei 12.973/14	528	1.748	528	1.748
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	(1.525)	-	(1.589)	-
Outros	(2.653)	(1.732)	(2.633)	(1.615)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(11.217)</u>	<u>16.616</u>	<u>(20.204)</u>	<u>6.858</u>
Correntes	(5.532)	(13)	(15.060)	(9.913)
Diferidos	(5.685)	16.629	(5.144)	16.771
Total	<u>(11.217)</u>	<u>16.616</u>	<u>(20.204)</u>	<u>6.858</u>
Taxa efetiva	<u>(19,1%)</u>	<u>-</u>	<u>(29,9%)</u>	<u>-</u>

(*) As empresas controladas Martins Veículos, MIL e SLIM-MG, SLIM-GO, SLIM-SP e SLIM-NE apuram o imposto de renda e a contribuição social pelo lucro presumido, aplicando sobre o seu faturamento a taxa efetiva de 3% , 7% , 5%, respectivamente.

De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis e fiscais do imposto de renda e da contribuição social dos últimos cinco exercícios encontram-se abertos para uma eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

Em 01 de janeiro de 2015, a Sociedade registrou as diferenças entre critérios contábeis e fiscais na adoção inicial conforme previsto na Lei 12.973 de 2014.

19 Provisões

A Sociedade e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos, reclamações trabalhistas e processos cíveis. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus consultores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis. As provisões constituídas para os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis são estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

a. Passivos da Sociedade relacionados a riscos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Tributários	15.188	16.995	15.354	17.161
Cíveis	12.909	13.067	12.939	13.097
Trabalhistas	20.826	19.506	22.447	20.053
Total	48.923	49.568	50.740	50.311

b. Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	Controladora						
	31/12/15	Constituição	Reversão	Pagamento	Transf. de saldo por Incorporação de	Atualização monetária	31/12/16
Tributários	16.995	1.891	(4.940)	(631)	-	1.873	15.188
Cíveis	13.067	5.215	(2.941)	(4.974)	-	2.542	12.909
Trabalhistas	19.506	16.102	(8.253)	(9.911)	572	2.810	20.826
Total não circulante	49.568	23.208	(16.134)	(15.516)	572	7.225	48.923

Controladora						
	31/12/14	Constituição	Reversão	Pagamento	Atualização monetária	31/12/15
Tributários	17.688	1.573	(4.045)	-	1.779	16.995
Cíveis	15.423	1.821	(4.842)	(2.793)	3.458	13.067
Trabalhistas	8.217	18.651	(3.750)	(6.986)	3.374	19.506
Total não circulante	41.328	22.045	(12.637)	(9.779)	8.611	49.568

Consolidado						
	31/12/15	Constituição	Reversão	Pagamento	Atualização monetária	31/12/16
Tributários	17.161	1.891	(4.940)	(631)	1.873	15.354
Cíveis	13.097	5.243	(2.941)	(5.002)	2.542	12.939
Trabalhistas	20.053	17.925	(8.470)	(10.013)	2.952	22.447
Total não circulante	50.311	25.059	(16.351)	(15.646)	7.367	50.740

Consolidado						
	31/12/14	Constituição	Reversão	Pagamento	Atualização monetária	31/12/15
Tributários	17.854	1.573	(4.045)	-	1.779	17.161
Cíveis	15.455	1.821	(4.844)	(2.793)	3.458	13.097
Trabalhistas	8.305	19.155	(3.825)	(6.989)	3.407	20.053
Total não circulante	41.614	22.549	(12.714)	(9.782)	8.644	50.311

c. Natureza dos riscos

A Sociedade é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada na opinião de seus consultores jurídicos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- **Riscos tributários** - referem-se, basicamente, a ICMS, ICMS-ST, INSS, IRPJ e CSLL, principalmente relativos a exercícios anteriores.
- **Riscos trabalhistas** - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.
- **Reclamações cíveis** - as principais ações estão relacionadas a indenizações sobre acidentes de trânsito, reclamações de clientes e ações indenizatórias de representantes comerciais.

d. Ativos da Sociedade e de suas controladas relacionados aos depósitos judiciais

Representam ativos restritos da Sociedade e de suas controladas e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas.

Os depósitos judiciais mantidos pela Sociedade e por suas controladas estão assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Processos cíveis	1.767	1.182	1.833	1.248
Processos trabalhistas	8.210	12.295	8.287	12.438
Processos tributários	1.346	1.160	1.351	1.174
Total	11.323	14.637	11.471	14.860

e. Perdas possíveis

A Sociedade tem ações de natureza tributária envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$ 258.818 (R\$ 278.146 em 31 de dezembro de 2015).

Processo ICMS - DF

Em julho de 1998, a Sociedade firmou acordo com o Governo do Distrito Federal definindo regime especial para a apuração do ICMS sobre transferências de mercadorias do Distrito Federal para a matriz da Sociedade em Uberlândia - MG. Entretanto, o Governo do Estado de São Paulo impetrou ação cível e ação cautelar contra o referido acordo, ainda pendentes de decisão judicial. A Administração da Sociedade e seus consultores jurídicos acreditam que esse acordo cumpre as exigências da legislação pertinente, como também no fato de que a Sociedade não incorrerá em perdas com os processos em andamento.

Em fevereiro de 1999, a Sociedade foi questionada pela Fiscalização Estadual de São Paulo, que exige o recolhimento de diferencial de ICMS nas transferências de mercadorias da filial localizada em São Paulo para o Distrito Federal. Tais questionamentos estão em discussão na esfera administrativa, e a Administração da Sociedade, com base em avaliações de seus consultores jurídicos, entende que obterá desfecho favorável nesses processos.

Em 25 de fevereiro de 2009, a Sociedade recebeu auto de infração lavrado pela Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal, no montante original de R\$ 174.147 (R\$ 311.932 em 31 de dezembro de 2016), alegando que todas as operações da Sociedade no período de julho de 1998 a junho de 1999 não estavam sob o abrigo do Termo de Acordo de Regime Especial - TARE e sim sujeitas ao regime normal de apuração do ICMS.

Em 02 de outubro de 2015, a quase totalidade do crédito tributário foi julgado pelo Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal como extinta pela decadência. Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Administração da Sociedade entende haver uma expectativa de perda possível para o saldo remanescente no montante de R\$ 30.137.

Processo ICMS - MG

Em 28 de dezembro de 2009, a Sociedade recebeu auto de infração lavrado pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, no montante original de R\$ 18.506 (R\$ 47.248 em 31 de dezembro de 2016), alegando falta de destaque de ICMS devido relativo a operações interestaduais de bonificações e redução da base de cálculo do referido imposto referente ao exercício de 2004. Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Administração da Sociedade entende haver uma expectativa de perda possível para essa demanda.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social da Sociedade, no montante de R\$ 124.738 está representado por 124.737.896 ações ordinárias sem valor nominal.

A Sociedade pode emitir novas ações até o limite autorizado pela Lei nº 6.404/76, em que o número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas à restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% do total das ações emitidas.

b. Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. No ano de 2014 a reserva legal atingiu os 20% do capital social em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e deixou de ser constituída.

A reserva de retenção de lucros, que deve ser constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, para atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Sociedade, a ser deliberado em Assembleia Geral, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado, anualmente, um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Sociedade.

A Sociedade poderá distribuir dividendos com base em balanços intermediários, em períodos inferiores a 12 meses, desde que os dividendos pagos em cada semestre do exercício social não excedam o montante das reservas de capital, acrescidos dos lucros acumulados e do lucro do exercício, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Administração da Sociedade aprovou em 2016 a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório, pelo seu valor líquido do IRRF. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$ 4.000 foi contabilizado, em 31 de dezembro de 2016, como despesa financeira. No entanto, para efeito destas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, sendo, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido pelo valor bruto.

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Sociedade, sujeita à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, calculada nos termos da referida Lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, é assim demonstrada:

	Controladora	
	31/12/16	31/12/15
Lucro líquido do exercício	47.393	16.557
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	11.848	4.139
O dividendo proposto tem a seguinte composição:		
Juros sobre o capital próprio, líquido do IRRF imputados ao dividendo mínimo obrigatório.	3.400	-
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	(600)	-
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar do exercício	7.848	-
Dividendos mínimos obrigatórios de exercícios anteriores a pagar	-	2.061
Dividendos a pagar	11.248	6.200
Dividendos pagos durante o exercício (*)	-	16.000

(*) Dividendos pagos com lucros retidos de anos anteriores, conforme autorizado em Assembléia Geral dos acionistas.

d. Participação não controladora

	Consolidado	
	31/12/16	31/12/15
Saldos no início do exercício	5	3
Participação dos não controladores no lucro do exercício	63	9
Alteração de participação de não controladores	(51)	(7)
Saldos no fim do exercício	17	5

21 Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Sociedade estão classificados nas seguintes categorias:

- (i) Investimentos mantidos até o vencimento;
- (ii) Empréstimos e recebíveis e
- (iii) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A posição dos instrumentos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 2016 e 2015 eram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4)	220.145	305.978	264.323	357.332
Contas a receber (nota explicativa nº 6)	433.670	363.662	434.665	364.808
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 19.d)	11.323	14.637	11.471	14.860
Investimentos mantidos até o vencimento-				
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (nota explicativa nº 5)	31.765	29.023	8.567	15.531
Total	696.903	713.300	719.026	752.531
Passivos financeiros mensurados a custo ao custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15)	226.734	281.901	211.632	279.279
Fornecedores (nota explicativa nº 14)	740.417	669.574	737.466	666.685
Total	967.151	951.475	949.098	945.964

b. Valores justos dos instrumentos financeiros

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

A Administração da Sociedade é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, em razão de o vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em datas próximas às dos balanços. Sendo assim, os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, títulos a receber, fornecedores e adiantamentos de clientes possuem uma aproximação razoável do valor justo.

O valor justo dos empréstimos e financiamentos são calculados considerando o seu valor futuro, com base nas taxas e índices contratados, e descontados ao seu valor presente pelas taxas de Mercado divulgadas por fontes externas (BM&F Bovespa e AE Broadcast), pelo prazo a decorrer, sendo que o valor contábil difere aproximadamente em 1% do valor justo e, portanto, o valor justo dos empréstimos possui uma aproximação razoável do valor contábil.

c. Hierarquias de valores justos

A tabela abaixo apresenta a hierarquia dos valores justos dos instrumentos financeiros utilizados pela Sociedade e suas controladas. Os diferentes níveis foram definidos da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e semelhantes.
- **Nível 2:** Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- **Nível 3:** Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Sociedade e suas controladas evidenciam no quadro abaixo, bem como suas classificações nos níveis supracitados:

	2016			
	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4)	264.323	-	264.323	-
Contas a receber (nota explicativa nº 6)	434.665	-	434.665	-
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 19.d)	11.471	-	11.471	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (nota explicativa nº 5)	8.567	-	8.567	-
Total Ativos Financeiros	719.026	-	719.026	-
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15)	211.632	-	211.632	-
Fornecedores (nota explicativa nº 14)	737.466	-	737.466	-
Total Passivos Financeiros	949.098	-	949.098	-

d. Gestão do risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios, para atender aos pequeno e médio varejos, e maximizar os recursos para prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros com instituições financeiras, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para aplicação em suas operações.

A Sociedade monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez,

corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa..

Os índices de endividamento podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Total dos empréstimos (nota explicativa nº 15)	226.734	281.901	211.632	279.279
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4)	<u>(220.145)</u>	<u>(305.978)</u>	<u>(264.323)</u>	<u>(357.332)</u>
Dívida líquida	<u>6.589</u>	<u>(24.077)</u>	<u>(52.691)</u>	<u>(78.053)</u>
Patrimônio líquido	344.673	309.128	345.055	309.133
Alavancagem	1,9%	(7,8%)	(15,3%)	(25,2%)

e. Gerenciamento de riscos financeiros

A Sociedade possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(i) Risco de crédito

A política de vendas da Sociedade está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e dos limites individuais de posição, são procedimentos adotados, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. A Sociedade conta ainda com provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos montantes de R\$ 2.708 na controladora e R\$ 2.806 no consolidado (R\$ 3.394 na controladora e R\$ 3.878 no consolidado em 31 de dezembro de 2015), representativos de 1,30 % e 1,34 %, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016 (2,24% e 2,53% em 31 de dezembro de 2015) do saldo bruto de contas a receber de clientes em aberto, para cobrir os riscos de crédito.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

(ii) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa suficiente, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Sociedade, a Administração mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias.

A Administração monitora o nível de liquidez da Sociedade, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4). Além disso, a política de gestão de liquidez da Sociedade envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

Os vencimentos dos passivos financeiros consolidados em 31 de dezembro de 2016 são como segue:

	2017	2018	2019	Total
Empréstimos e financiamentos	206.264	4.679	689	211.632
Fornecedores	737.466	-	-	737.466

Adicionalmente, a Sociedade possui fianças bancárias obtidas para fazer face a regimes especiais de recolhimento de ICMS, no montante total de R\$ 31.800, sendo este o valor máximo que a Sociedade pode ser obrigada a liquidar, conforme os termos dos contratos estabelecidos com as instituições financeiras, se o valor total garantido for cobrado pela contraparte.

(iii) Riscos de mercado

Risco com taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem os valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade não possuía obrigações de empréstimos em moeda estrangeira, e possuía saldo no montante de R\$3.594 (R\$3.965 em 2015) referente aquisição de mercadorias importadas.

Risco de taxas de juros

A Sociedade avalia que o risco máximo de taxa de juros está ligado exclusivamente às operações indexadas ao CDI e que diretamente referem-se às modalidades de arrendamento mercantil e de comercialização agroindustrial do Banco do Brasil S.A.

O contrato com o Banco do Brasil S.A., repactuado em 7 de junho de 2013 com vencimento em 22 de maio de 2016, não possui vínculo com “swap”. A remuneração é de 109,7% da variação do CDI. Este empréstimo foi liquidado em 05 de abril de 2016.

As demais operações têm o seu custo determinado em taxas prefixadas.

A seguir, está apresentada a exposição ao risco de taxa de juros das operações vinculadas à variação do CDI em 31 de dezembro de 2016:

	31/12/16	31/12/15
Total dos empréstimos e financiamentos em CDI (*)	-	62.462
Empréstimos e financiamentos	(262.668)	(355.387)
Fornecedores	(262.668)	(355.387)

(*) Não contemplam empréstimos em CDI os valores de R\$ 201.585 (R\$ 201.449 em 2015) do FIDC e R\$ 10.047 (R\$ 15.368 em 2015) de empréstimos com taxas prefixadas.

Para a exposição líquida dos empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI, para a qual a Sociedade está deduzindo os saldos das aplicações financeiras, também mantidas ao CDI (nota explicativa nº 4), a Administração da Sociedade entende que as aplicações financeiras superam significativamente o total de empréstimos e financiamentos.

Análise de sensibilidade

Para efeito de análise de sensibilidade, a Sociedade adotou a taxa do CDI projetada pelo mercado até 31 de dezembro de 2017. Projetando um cenário de apreciação com aumento desta taxa de 10,72% para 11,72% e para 12,72% ao ano, a Sociedade teria um resultado positivo de rendimentos de aplicações financeiras de R\$ 2.709 e R\$ 5.418, respectivamente. Já em um cenário de deterioração com redução desta taxa de 10,72% para 9,72% e para 8,72% ao ano, a Sociedade teria uma redução no resultado esperado de rendimentos de aplicações financeiras no montante de R\$2.708 e R\$ 5.415, respectivamente.

Portanto, a Administração entende que não há descasamento de indexadores que poderiam trazer risco à Sociedade em uma eventual oscilação de mercado.

f. Instrumentos financeiros derivativos

No ano-calendário de 2016 e 2015, a Sociedade não realizou nenhuma operação de derivativos.

g. Compromissos

Os compromissos, as obrigações e os direitos contratuais dados ou recebidos não registrados no balanço patrimonial são como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Cédula de Crédito Comercial com o Banco de Brasília S.A. - BRB (vide nota explicativa nº 16)	<u>348.338</u>	<u>348.338</u>	<u>348.338</u>	<u>348.338</u>

22 Plano de suplementação de aposentadoria

Plano de previdência privada

A Sociedade é copatrocinadora da MartinsPrev, entidade fechada de previdência privada complementar, que tem como objetivo oferecer a seus funcionários participantes benefícios de aposentadoria, invalidez e pensão por morte.

A MartinsPrev possui planos de benefícios na modalidade de contribuição definida (aposentadorias) e de benefício de risco (invalidez e pensão por morte). Para a aposentadoria, o patrocinador contribui com 1,89% (1,81% em 31 de dezembro de 2015) da folha de pagamento dos participantes. Para invalidez e pensão, planos custeados integralmente pelo patrocinador, a contribuição no ano 2016 equivale a 1,51% (1,44% em 31 de dezembro de 2015) da folha de pagamento dos participantes.

Até fevereiro de 2009, o patrocinador contribuía com 1,34% da folha de pagamento dos participantes para a modalidade de contribuição definida. A partir de março de 2009, o plano foi alterado e o patrocinador passou a contribuir mensalmente com um percentual que incide sobre o salário de participação do participante, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Salário de participação - em reais -R\$ (*)	Contribuição normal do patrocinador - %
1.787,62	0,25
1.787,63 a 3.575,31	0,50
3.575,32 a 5.362,94	0,75
5.362,95 a 7.150,61	1,00
7.150,62 a 8.938,25	2,50
8.938,26 a 10.725,90	3,00
10.725,91 a 14.301,21	3,50
14.301,22 a 17.876,51	4,00
Acima de 17.876,52	5,00

(*) Valores praticados de dezembro de 2015 a novembro de 2016.

O passivo atuarial relacionado aos benefícios de risco (pensão por invalidez e morte) é repassado à Bradesco Vida e Previdência S.A., por meio do Convênio de Repasse de Riscos, a qual se responsabiliza pela respectiva cobertura, motivo pelo qual não há consignado nenhum passivo atuarial nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

No ano 2016 a Sociedade contribuiu com R\$ 3.726 (R\$3.793 em 2015).

Informações adicionais:

- O percentual de 1,51% referente aos Benefícios de Risco (Invalidez e Morte) é definido de acordo com o Artigo 16 do Regulamento do Plano.
- O reajuste dos valores das contribuições está no Artigo 24 do Regulamento do Plano.
- Os atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios MartinsPrev no ano de 2013 constituíram déficit sobre os benefícios concedidos, sendo que as principais razões para o surgimento do déficit foram a rentabilidade obtida no investimento dos recursos garantidos dos benefícios ter sido inferior à meta atuarial registrada no mesmo período, bem como as perdas em decorrência de movimentação cadastral no Plano. A quantidade de participantes que se apresentaram até fevereiro de 2009 que ainda tinha direito ao plano de benefício é irrelevante. A Administração e seus consultores legais entendem que o valor provisionado nas demonstrações financeiras atende aos futuros desembolsos de caixa e que anualmente esta reserva será revisada. Em 31 de dezembro de 2015, o déficit técnico acumulado era de R\$ 549 (R\$ 861 em 31 de dezembro de 2014), a Administração da Sociedade formalizou Plano de Equacionamento do Déficit Técnico a ser amortizado em 20,08 anos (241 meses). No ano de 2016, foi amortizado o montante de R\$ 42 (R\$50 em 2015), e o saldo de R\$ 507 foi registrado como passivo atuarial nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 (R\$ 811 em 2015).

23 Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Receita bruta de mercadorias	4.632.275	4.509.089	4.633.328	4.509.089
Receita bruta de serviços	29.046	10.213	57.421	53.224
Impostos sobre vendas	(638.885)	(621.794)	(641.476)	(626.109)
Devoluções e abatimentos	(36.571)	(42.982)	(36.663)	(42.982)
	<u>3.985.865</u>	<u>3.854.526</u>	<u>4.012.610</u>	<u>3.893.222</u>

24 Natureza dos custos e das despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Custo das mercadorias vendidas	(3.199.416)	(3.089.950)	(3.199.686)	(3.089.950)
Custos e despesas com folha de pagamento	(246.604)	(241.513)	(298.192)	(303.060)
Comissões sobre vendas	(131.187)	(130.239)	(131.577)	(130.826)
Manutenção, armazenagem e frete	(240.294)	(266.534)	(146.941)	(147.867)
Despesas de aluguel	(29.334)	(30.435)	(32.787)	(35.461)
Acordos comerciais	(15.422)	(15.621)	(22.071)	(28.156)
Depreciação e amortização	(19.013)	(21.779)	(27.069)	(33.099)
Serviços prestados por terceiros	(29.330)	(25.979)	(32.726)	(30.530)
Despesas com utilidades	(15.850)	(17.136)	(16.853)	(18.575)
Despesas com tributos	(5.579)	(1.696)	(23.183)	(19.262)
Despesas com propaganda e publicidade	(12.644)	(7.057)	(13.816)	(8.155)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa, perdas em estoque e ICMS	8.068	3.516	7.996	3.663
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(7.073)	(9.408)	(8.708)	(9.835)
Outras despesas	(32.575)	(37.773)	(35.380)	(43.494)
	<u>(3.976.253)</u>	<u>(3.891.604)</u>	<u>(3.980.993)</u>	<u>(3.894.607)</u>
Total	<u>(3.976.253)</u>	<u>(3.891.604)</u>	<u>(3.980.993)</u>	<u>(3.894.607)</u>

Representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(3.212.116)	(3.089.968)	(3.225.805)	(3.113.902)
Despesas comerciais e de distribuição	(668.982)	(715.607)	(639.897)	(673.891)
Despesas gerais e administrativas	(95.155)	(86.029)	(115.291)	(106.814)
	<u>(3.976.253)</u>	<u>(3.891.604)</u>	<u>(3.980.993)</u>	<u>(3.894.607)</u>
Total	<u>(3.976.253)</u>	<u>(3.891.604)</u>	<u>(3.980.993)</u>	<u>(3.894.607)</u>

25 Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Receitas:				
Bonificações recebidas de fornecedores (*)	13.695	-	24.587	20.943
Vendas acessórias	379	1.308	404	1.308
Aluguel	2.774	2.557	2.650	2.557
Vendas de bens do ativo imobilizado	3.948	1.369	12.230	1.366
Despesas e custos recuperados	1.571	3.902	1.871	4.498
Provisão (reversão) para perdas ao valor recuperável	592	4.228	592	3.656
Outras receitas	2.664	144	2.664	171
Despesas:				
Valor residual do ativo imobilizado baixado	(388)	(54)	(391)	(1.072)
Outras despesas	-	(269)	(152)	(269)
Total	25.235	13.185	44.455	33.158

(*) Com a incorporação da controlada Smart em 29 de julho de 2016, as bonificações passaram a ser reconhecidas na Controladora.

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Receitas financeiras:				
Juros recebidos	8.249	2.131	4.270	2.231
Ganhos com aplicações financeiras	25.779	20.122	31.260	24.912
Rendimentos - investimentos - FIDC	7.943	2.017	7.943	2.017
Outras receitas	253	733	363	772
	42.224	25.003	43.836	29.932
Despesas financeiras:				
Juros pagos	(2.864)	(8.634)	(3.434)	(9.382)
Descontos concedidos	(56)	(44)	(58)	(44)
Juros sobre operações FIDC	(40.336)	(31.532)	(40.336)	(31.532)
Outras despesas	(8.888)	(10.217)	(9.128)	(10.367)
	(52.144)	(50.427)	(52.956)	(51.325)
Variações monetárias e cambiais:				
Variações monetárias e cambiais ativas	1.171	838	1.226	1.078
Variações monetárias e cambiais passivas	(518)	(1.749)	(518)	(1.750)
	653	(911)	708	(672)
Total	(9.267)	(26.335)	(8.412)	(22.065)

27 Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2016, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas
Ativos - imóveis	381.500
Responsabilidade civil - operações	10.000

A Sociedade opta pela não contratação de seguros para sua frota de caminhões com valor residual de R\$ 9.447 (R\$ 14.491 em 31 de dezembro de 2015), uma vez que, com base em análises internas aprovadas pela Administração, entende que o risco de sinistro é substancialmente diluído.

* * *

Diretoria

Alair Martins do Nascimento - Presidente do Conselho de Administração
Walter Domingues de Faria Júnior - Diretor Geral
José Antônio Rossi Salles - Diretor Financeiro

Contador

Marcos Antônio de Souza
CRC SP 154.526/O-7 "T" MG